



**Edital nº 01/2019**

**Abre período para inscrições ao Processo Eleitoral de Escolha de Cargos do Conselho Tutelar de Mariano Moro/RS – Processo Unificado**

**O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MARIANO MORO**, torna público que estarão abertas, no período de 04 de maio de 2019 até 15 de julho de 2019, em horário de expediente junto a Prefeitura Municipal de Mariano Moro – Depto de Pessoal, as inscrições para participação no processo de escolha dos conselheiros tutelares do Município de Mariano Moro, cujo pleito ocorrerá em 06 de outubro de 2019.

**1 - DAS NORMAS**

As inscrições processar-se-ão em conformidade com o que dispõe a Lei Federal nº 8.069/90 (ECA), Resolução nº 170/2014 do CONANDA, Lei Municipal nº 2041/2013 e Resolução nº 02/2019 do CONDICAMM.

**2 - DA DIVULGAÇÃO**

A divulgação oficial das etapas do processo de escolha dos conselheiros tutelares, titulares e suplentes, dar-se-á através de publicação de Editais no Mural Público da Prefeitura.

**3 - DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR E DAS CARACTERÍSTICAS DO CARGO DE CONSELHEIRO**

**3.1 - Atribuições:**

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Nos termos do art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90), são atribuições do conselheiro tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.”

**3.2 - Condições de trabalho:**



O Conselho Tutelar funcionará diariamente, inclusive aos sábados, domingos e feriados, durante 24 (vinte e quatro) horas do dia, e prestará atendimento presencial, junto a sua sede, com expediente idêntico àquele estabelecido pelo Executivo Municipal para os seus servidores, além de plantões na forma da lei. As escalas de atendimento presencial e plantões serão definidas pelos próprios conselheiros tutelares, e será submetida pela Coordenação do Conselho Tutelar ao Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e do Adolescente, o qual, após avaliação e aprovação, dará ciência aos demais órgãos interessados do Município. O exercício do cargo de Conselheiro Tutelar se dará mediante o cumprimento de uma carga horária semanal mínima acima descrita, com cumprimento de expediente junto a sede do Conselho Tutelar, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligências e tarefas inerentes ao órgão, exigindo ainda a participação em cursos de treinamento e qualificação. O exercício da função de membro do Conselho Tutelar não configura vínculo empregatício ou estatutário com o município. O membro do Conselho Tutelar, no regular exercício de suas atribuições, faz jus ao recebimento pecuniário mensal no valor mensal de R\$ 913,11 (novecentos e treze reais e onze centavos), conforme disposto na legislação local.

### 3.3 - Número de conselheiros tutelares:

O Conselho Tutelar funcionará com 05 (cinco) membros, conselheiros tutelares titulares. Do processo haverá também a escolha dos conselheiros tutelares suplentes.

## 4 - DA INSCRIÇÃO

### 4.1 - Requisitos:

Para inscrever-se no processo de escolha de Conselheiro Tutelar, o habilitante deverá atender as seguintes condições:

I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por folhas e certidões de antecedentes cíveis e criminais expedidas pela Justiça Estadual e atestado de antecedentes “nada consta” fornecido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos comprovada através de Carteira de Identidade;

III - ter residência fixa de, no mínimo, 02 (dois) anos, no Município comprovada com documento, (título de leitor) ex.: conta de água, luz, telefone, título de leitor, etc; e ou, outro documento idôneo (declaração de residência);

IV – apresentar alvará de folha corrida judicial;

V – possuir, no mínimo, ensino médio completo comprovada através de histórico escolar ou certificado de conclusão de curso de ensino médio.

VI - não exercer cargo de confiança ou eletivo no Executivo ou Legislativo, observando o que determina o art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;

VII - disponibilidade para o exercício das funções de Conselheiro, dispondo-se ainda a atuar em plantões noturnos, finais de semana e nos feriados, bem como nas situações de emergência que vierem ocorrer.

VIII - Reconhecida experiência de trato com criança e adolescente ou atestado que comprove serviços comunitários no trato com crianças e adolescentes.

**Parágrafo Primeiro:** Será admitida a inscrição através de procurador, desde que anexada à procuração, com reconhecimento de firma do candidato.

**Parágrafo Segundo:** Não serão aceitas inscrições de candidatos que não apresentarem documentação completa, conforme exigência, supracitada no artigo anterior.



(54) 3524-1141



ADMINISTRACAO@PMMARIANOMORO.COM.BR



RUA MIGUEL DETONI, 201, CENTRO, MARIANO MORO-RS



WWW.PMMARIANOMORO.COM.BR



#### 4.2. Documentação para a inscrição.

No ato de inscrição o candidato, pessoalmente ou por meio de procuração, deverá:

- a) preencher ficha de inscrição, em modelo próprio no qual declare atender as condições exigidas para inscrição e se submeter às normas deste Edital;
- b) apresentar original ou fotocópia de documento de identidade de valor legal no qual conste filiação, retrato e assinatura;
- c) apresentar os documentos exigidos no item 4.1 deste Edital;
- d) em relação ao item 4.1, número I, a critério da Comissão Especial Eleitoral, a comprovação da idoneidade moral, no âmbito pessoal, familiar e profissional, poderá ser complementada por meio de informações coletadas junto a pessoas e instituições da comunidade local;

A ausência de qualquer dos documentos solicitados acarretará o indeferimento da inscrição.

4.3. É inelegível e está impedido de se inscrever no processo de escolha unificado, além daquelas constantes da Resolução CONANDA 170, o candidato que:

- a) tiver sido empossado para o segundo mandato consecutivo;
- b) que tiver exercido o mandato, em regime de prorrogação, por período ininterrupto superior a 04 (quatro) anos e meio.

#### 4.4 - Outros Requisitos:

I - A função de Conselheiro Tutelar será de dedicação exclusiva, ou seja, não poderá exercer outra função ou atividade que possa interferir sua jornada de trabalho.

4.4 – Procedimentos relativos à inscrição no processo de escolha dos Conselheiros Tutelares:

4.4.1 As inscrições serão realizadas junto a Prefeitura Municipal de Mariano Moro – Depto. De Pessoal, devendo ser preenchido o Formulário de Inscrição, no período de 03 de maio de 2019 a 15 de julho de 2019 observado o horário de Brasília.

4.4.2 – São de exclusiva responsabilidade do habilitante as informações dos dados cadastrais no ato de inscrição.

4.4.3- A Administração Municipal não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivo de falhas de comunicação, falta de documentos.

4.5. - Os documentos referidos no subitem 4.1 deverão ser entregues no ato da inscrição.

4.5.1 - O habilitante não deverá enviar cópia de nenhum documento por meio eletrônico ou fax;

4.5.2.- A entrega dos documentos deverá ser feita pessoalmente ou por procurador habilitado.

4.6 – Da homologação das inscrições.

4.6.1 - Após o encerramento do período de inscrições e entrega dos documentos comprobatórios dos requisitos, será divulgado Edital contendo a listagem das inscrições homologadas. As inscrições não homologadas serão publicadas no Edital com a respectiva fundamentação.

4.6.2 - O candidato somente estará apto à prosseguir no certame após a homologação de sua inscrição.

4.7 – Do recurso da não homologação das inscrições:

4.7.1 – Da não homologação das inscrições, caberá recurso no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do Edital, mediante requerimento dirigido ao COMDICAMM, em horário de expediente, contendo as razões de recurso.

4.7.2.- Será indeferido o recurso apresentado fora do prazo previsto neste edital.

## 5 - DA CAMPANHA ELEITORAL

a) A campanha eleitoral terá início no dia em que for publicado o edital com a lista das candidaturas/inscrições homologadas.



- b) Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos.
- b) É livre a distribuição de panfletos, desde que não perturbe a ordem pública ou particular.
- c) As instituições (escola, Câmara de Vereadores, CRAS, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar.
- d) Os debates deverão ter regulamento próprio devendo ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.
- e) Os debates só ocorrerão com a presença de, no mínimo três candidatos e serão supervisionados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- f) Os debates previstos deverão proporcionar oportunidades iguais aos candidatos nas suas exposições e respostas.
- g) Os candidatos convidados para debates e entrevistas deverão dar ciência do teor deste Edital aos organizadores.
- h) Caberá ao candidato fiscalizar a veiculação da sua campanha em estrita obediência a este Edital.

### **5.1. DAS PROIBIÇÕES:**

- a) É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio, televisão e redes sociais), faixas, outdoors, placas, camisetas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;
- b) É vedado receber o candidato, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:
  - b.1) entidade ou governo estrangeiro;
  - b.2) órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;
  - b.3) concessionário ou permissionário de serviço público;
  - b.4) entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;
  - b.5) entidade de utilidade pública;
  - b.6) entidade de classe ou sindical;
  - b.7) pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior;
  - b.8) entidades beneficentes e religiosas;
  - b.9) entidades esportivas;
  - b.10) organizações não-governamentais que recebam recursos públicos;
  - b.11) organizações da sociedade civil de interesse público.
- c) É vedada a vinculação do nome de ocupantes de cargos eletivos (Vereadores, Prefeitos, Deputados etc) ao candidato;
- d) É vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;
- e) É proibido aos candidatos promoverem as suas campanhas antes da publicação do edital de homologação das inscrições/candidaturas.
- f) É vedado ao membro do Conselho Tutelar em atividade promover sua campanha ou de terceiros durante o exercício da sua jornada de trabalho;
- g) É vedado aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover campanha para qualquer candidato;
- h) É vedado o transporte de eleitores no dia da eleição, salvo se promovido pelo Poder Público e garantido o livre acesso aos eleitores em geral;
- i) Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;



j) É vedado ao candidato doar, oferecer, promover ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, tais como camisetas, chaveiros, bonés, canetas ou cestas básicas.

## 5.2. DAS PENALIDADES:

O candidato que não observar os termos deste Edital poderá ter a sua candidatura impugnada pela Comissão Especial Eleitoral.

## 6 – DAS ELEIÇÕES

6.1 - Considerar-se-á apto a submeter-se ao processo de eleição, somente os habilitantes que tiverem suas inscrições homologadas.

6.2 - O pleito para escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado no dia 03 de outubro de 2019, no horário compreendido entre 8:00 (oito) horas às 17:00 (dezessete) horas, mediante convocação por edital da Comissão Eleitoral, designando o local das eleições.

6.3 - Somente poderão votar eleitores do município que possuírem mais de 16 anos de idade e estejam com a situação regular no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul.

6.4 – O voto será universal, secreto e facultativo, sendo que os eleitores poderão votar em até 05 (cinco) candidatos.

6.5 - Cada candidato poderá credenciar, no máximo, um (01) fiscal para eleição e apuração, e este será identificado por crachá, fornecido pelo COMDICAMM.

6.6 - No dia da eleição, não será permitido propaganda eleitoral que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

6.6.1 - Em caso de descumprimento às normas indicadas nesse subitem, a candidatura será cassada e os votos não serão computados por ocasião da apuração.

6.7 - Não será permitida a presença dos candidatos junto à Mesa de Apuração.

6.8 - A apuração dos votos dar-se-á após o horário de encerramento das eleições, pela mesa receptora de votos e fiscalizada pela Comissão Eleitoral.

6.9 - Será impugnada a candidatura, quando for constatada campanha não individual, configuração de chapa, explicitada, dentre outros, por material gráfico, meio eletrônico, redes sociais, gravação vocal ou em vídeo, jingles, entrevistas ou apresentações públicas e artigos pessoais ou em associações de dois ou mais candidatos.

6.10 - Será também impugnada a candidatura no caso de infração prevista no § 3º da lei 8069/90: “No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.”

6.11. As denúncias de irregularidades devem ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual, COMDICAMM e Comissão Eleitoral.

6.12. A votação deverá ocorrer com urnas simples cedidas pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado.

6.13. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar.

6.14. Será utilizado no processo o voto com cédula.

6.15. Será considerado inválido o voto:

- a) cuja cédula contenha mais de 05 (cinco) candidatos assinalados;
- b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;
- c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;
- d) em branco;
- e) que tiver o sigilo violado.

6.16. As mesas de votação serão compostas por membros do COMDICAMM e/ou servidores municipais, devidamente cadastrados.



6.17. Não poderá compor a mesa de votação o candidato inscrito e seus parentes: marido e mulher, ascendentes e descendentes (avós, pais, filhos, netos...), sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

6.18. Compete à cada mesa de votação:

- a) Solucionar, imediatamente, dificuldade ou dúvida que ocorra durante a votação;
- b) Lavrar a ata de votação, anotando eventuais ocorrências;
- c) Realizar a apuração dos votos, lavrando a ata específica;
- d) Remeter a documentação referente ao processo de escolha à Comissão Especial Eleitoral.

6.19. Concluída a votação e a contagem dos votos de cada seção, os membros da mesa deverão lavrar a Ata de Votação e Apuração, e, em seguida, encaminhá-la, sob a responsabilidade do Presidente da Mesa, ao Presidente da Comissão Especial Eleitoral.

6.20. A Comissão Especial Eleitoral, de posse de todas as atas de votação e apuração fará a contagem final dos votos e, em seguida, afixará, no local onde ocorreu a apuração final, o resultado da contagem final dos votos.

6.21. O resultado final da eleição será publicado no Mural Público da Prefeitura Municipal.

6.22. Os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos e serão nomeados e empossados como membros do Conselho Tutelar titulares, ficando todos os seguintes, observada a ordem decrescente de votação, como suplentes.

## **7. DOS IMPEDIMENTOS:**

7.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

7.2. Estende-se o impedimento do membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude na Comarca.

7.3. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação. O outro eleito será reclassificado como 1º (primeiro) suplente, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento.

## **8 - DA POSSE**

8.1 - Concluída a apuração dos votos e decididos os eventuais recursos, a Comissão Eleitoral proclamará o resultado, providenciando a publicação dos nomes dos candidatos e respectivos votos.

8.2 – Considerar-se-ão eleitos os 05 (cinco) candidatos que obtiverem a maior votação, sendo havido como suplentes os 05 (cinco) candidatos subsequentes, observada a ordem resultante da eleição.

8.3 – Em caso de empate entre candidatos, será realizado sorteio público.

8.4 - Ocorrendo vacância no cargo, assumirá o suplente que houver recebido o maior número de votos.

8.5 – Os conselheiros tutelares eleitos serão empossados por ato do Prefeito Municipal para o exercício do mandato de 04 (quatro anos), ao término do qual, ou nos casos previstos em Lei, serão desligados.

## **9 - DA VALIDADE DO PROCESSO ELEITORAL**

9.1 - O processo eleitoral terá validade para o mandato 2020/2024.

## **10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1 - A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação das condições do processo seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, das quais não poderá alegar desconhecimento.



10.2 - As afirmações incorretas ou irregularidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da investidura, acarretarão a nulidade da inscrição, com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil ou criminal.

10.3 - O candidato deverá manter atualizado seu endereço, desde a inscrição até a publicação dos resultados finais junto ao Mural Público da Prefeitura.

10.4 - É de inteira responsabilidade dos(as) candidatos(as) acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar;

10.5 - Cada candidato(a) poderá credenciar, até 48 (quarenta e oito) horas antes do pleito, 01 (um) fiscal por local de votação e para acompanhar a apuração dos votos e etapas preliminares do certame;

10.6 - O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do(a) candidato(a) ao processo de escolha.

10.7 - Aos casos omissos aplicam-se as disposições da legislação municipal que trata do processo de escolha dos conselheiros tutelares e a eventuais lacunas acerca do processo eleitoral aplicam-se subsidiariamente as regras das eleições gerais, e serão objeto de deliberação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mariano Moro - COMDICAMM.

10.8 - Todas as publicações acerca do processo eleitoral e escolha dos Conselheiros Tutelares serão realizadas junto ao Mural Público localizado no prédio da Prefeitura Municipal.

Mariano Moro em 03 de abril de 2019.

---

Ortenila Fontana Fabiane  
Presidente da Comissão Especial do COMDICAMM



## ANEXO I

### Calendário do Processo Eleitoral de Escolha de Cargos do Conselho Tutelar de Mariano Moro/RS – Processo Unificado.

O Calendário do Processo Eleitoral aberto pelo Edital nº 001/20015, fica assim estabelecido:

DATA	EVENTOS SIGNIFICATIVOS
29/03/2019	Resolução nº 001/2019 do COMDICAMM com a indicação da Comissão Eleitoral
02/04/2019	Resolução nº 002/2019 do COMDICAMM com a deliberação acerca do Processo Eleitoral
03/04/2019	Publicação do Edital nº 001/2019 de inscrições
03/05/2019 a 15/07/2019	<b>Período de Inscrições</b>
16/07/2019 a 31/07/2019	<b>Reabertura do processo de inscrição caso não houver número mínimo de inscritos</b>
16/07 a 22/07/2019	Análise e registro das inscrições se tiver número mínimo de inscritos
23/07/2019	Publicação de Edital com inscrições deferidas e indeferidas se tiver número mínimo de inscritos
24/07/2019 a 29/07/2019	Recursos sobre indeferimento de Inscrições Protocolo na Prefeitura Municipal de Mariano Moro com a Comissão Eleitoral se tiver número mínimo de inscritos
31/07/2019	Publicação de Edital sobre decisão de recursos de indeferimento das inscrições se tiver número mínimo de inscritos
01/08/2019	<b>Publicação de Edital com os nomes dos candidatos habilitados ao pleito se tiver número mínimo de inscritos</b>
02/08/2019 a 04/10/2019	<b>Campanha eleitoral</b>
06/10/2019	<b>ELEIÇÃO</b>
11/10/2019	<b>Divulgação dos resultados oficiais</b>
10/01/2020	<b>Posse dos conselheiros eleitos</b>

O presente calendário passa a fazer parte integrante do edital para escolha dos Conselheiros Tutelares.